



## Maternidade no cárcere, mulheres e seus vínculos de pertencimento: uma revisão sistemática de literatura entre os anos 2010 – 2024

Milena Oliveira de Queiroz\*<sup>1</sup>, Luzia Wilma Santana da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

\* milenaoliveira@gmail.com

Trabalhos completos – GT 02 Etnia, Gênero e Diversidade sexual

### RESUMO

O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão sistemática de literatura seguindo o método PRISMA a fim de identificar e analisar estudos na literatura científica sobre os direitos das mulheres encarceradas ao gestar e parir, no período entre 2010 e 2024. Foram realizadas buscas no portal de periódico SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca virtual em saúde) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por meio dos descritores: “mulher”, “prisão”, “saúde” e “gravidez”. Obteve-se uma amostra composta de 21 artigos, que após sumarização crítica reflexiva evidenciou os desafios ao processo de gestar e parir no cárcere, como uma complexificação à saúde da mulher e que mesmo diante do arcabouço legal em defesa dos sujeitos em estado de privação de liberdade, o sistema prisional mostra-se como um ambiente de constante violação aos direitos da mulher, nas especificidades do gênero. A prisão atravessa a vida das mulheres, no contexto psíquico, emocional, físico e ambiental, e, expõe a um processo de viver humano prisional de vulnerabilidades para gestar e parir.

**Palavras-chave:** Mulheres grávidas; Prisões, Direitos humanos.

### INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira (CF), também conhecida como cidadã tem em seu bojo, no que tange às condições de saúde atinentes aos sujeitos em situação de privação de liberdade, a garantia de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado (princípio da universalização). No artigo 6º da CF/88 são resguardados dentre os direitos sociais, a saúde e a proteção à maternidade.

Tendo como norteadora a Constituição cidadã, por meio da Portaria nº570, de 1º de junho de 2000, o Ministério da Saúde preconiza o direito a seis consultas gestacionais e exames por profissionais de saúde, cuidados com o calendário vacinal e a vinculação à maternidade para o parto (BRASIL, 2013, p. 01).

Assentado neste direito da mulher, é que emergiu a inquietude que fez

# XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



surgir à temática deste estudo, para o qual se traçou como objetivo identificar e analisar estudos na literatura científica sobre os direitos das mulheres encarceradas em seu gestar e parir, entre os anos de 2010 e 2024.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), uma estratégia metodológica utilizada para analisar e sistematizar pesquisas objetivando o aprofundamento da temática de modo a contribuir com o conhecimento científico por meio de uma sumarização rigorosamente apresentada (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019). Um estudo que não necessita passar pelo Comitê de ética, mas deve seguir respeitosamente os princípios éticos e o rigor da pesquisa científica.

O estudo consiste na análise dos resultados de uma pergunta norteadora: De que forma a literatura científica aborda os direitos das mulheres encarceradas em seu gestar e parir, entre os anos de 2010 e 2024? Sobre esta, buscou-se artigos no portal de periódico SciELO (Scientific Electronic Library Online), na BVS (Biblioteca virtual em saúde) e na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por meio dos descritores: “mulher”, “prisão”, “saúde e “gravidez”, sendo selecionados artigos completos, no idioma português, publicados entre os anos 2010 a 2024. Excluídos aqueles que não abordavam os cuidados do pré-natal, gravidez, higiene e saúde da mulher grávida, universo carcerário e artigos em duplicidade.

A pesquisa foi realizada em três etapas. Na 1ª. foram usados como descritores mulher AND prisão, sendo identificados: SciELO: 31, Capes: 92, BVS: 162. Na 2ª. adicionou-se o descritor AND saúde encontrados: Scielo: 22, Capes: 45 e BVS: 116 artigos; e, na 3ª. etapa adicionou-se o termo AND gravidez, sendo localizados: Scielo: zero, Capes: um e BVS: 28 artigos. Seguindo os critérios de inclusão e exclusão obteve-se um total de 21 estudos que compuseram a presente RSL.

A realização desta revisão foi amparada pelo modelo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA).

# XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



## RESULTADOS/DISCUSSÕES

Apresenta a sumarização da leitura dos estudos oriundos da temática perseguida (Quadro 1).

**QUADRO 1.** Caracterização geral dos estudos sobre a mulher encarcerada no sistema prisional brasileiro.

Autor/ano	Título	Objetivo	Método	Resultados
GALVÃO, Mayana Camila Barbosa; DAVIM, Rejane Marie Barbosa. Ano 2013	Ausência de assistência a gestante em situação de cárcere penitenciário	Descrever a experiência vivenciada por mulheres grávidas em sistema penitenciário.	Estudo qualitativo	O estudo revelou que a situação vivida e experienciada pelas gestantes presas no Complexo Penal são delicadas, devido à falta de serviços saúde.
BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Ano 2014	Inclusão das Mulheres em Privação de Liberdade na Rede Cegonha	Proporcionar à mulher e à criança o acesso a um cuidado humanizado.	Revisão bibliográfica	As pessoas privadas de liberdade têm demandas de saúde como todas as outras. A atenção básica, visando o cuidado integral com saúde, deve ser provida pela equipe de saúde prisional que, preferencialmente, estará de acordo com os padrões estabelecidos.
FOCHI, Maria do Carmo Silva; SILVA, Agnês Raquel Camisão da; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. Ano 2013	Pré-natal em unidade básica de saúde a gestantes em situação prisional.	Descrever a assistência pré-natal realizada em uma unidade básica de saúde do interior do estado de São Paulo, Brasil, e ofertada à população carcerária feminina.	Relato de experiência	Considera-se essencial que se tenha condições de estender a oferta de serviços de maneira integral às populações mais vulneráveis, de acordo com as diretrizes do SUS.
FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; OLIVEIRA E SILVA, Jovânia Marques de. Ano 2015	Maternidade em situação de prisão.	Identificar as circunstâncias relacionadas à maternidade da mulher em situação de prisão.	Revisão integrativa de literatura	Concluiu-se que existe comprometimento para a manutenção saudável do binômio mãe-filho que vive em situação de encarceramento.
SILVA, Monnyque Marques; Freitas, Camilla Rafaella Cavalcanti de; Silva, Aline Marques; Guerra, Marília Cruz Gouvêa Câmara; Almeida, Samira Maria Oliveira. Ano 2015	Percepção das mulheres sobre a assistência pré-natal prestada na colônia penal feminina.	Investigar a percepção das mulheres sobre a assistência pré-natal prestada na Colônia Penal Feminina do Recife.	Estudo qualitativo	As protagonistas revelaram falha na troca de informações durante as consultas e entre os profissionais, reconheceram ainda a importância do pré-natal para um parto seguro.
CALHIARI, Eliane; DA SILVA SANTOS, Letícia Rodrigues; BRUNINI, Bárbara Cossetin Costa Beber. Ano 2015	De algozes a vítimas: dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere.	Pretende ser um convite a problematização do corpo feminino gestante em cárcere bem como a ausência daqueles direitos humanos ditos por lei direitos adquiridos	Pesquisa bibliográfica e documental.	Os profissionais devem, não apenas defender os direitos das mulheres em situação de cárcere, mas afirmá-las como sujeitos de direitos e transformá-las em potências criativas, capazes de recriar a si e seus modos de viver.
FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; SILVA, Jovânia Marques de Oliveira. Ano 2016	A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade.	Compreender como as mulheres em situação de prisão vivenciam a maternidade durante a reclusão.	Estudo qualitativo	A partir de seus relatos, compreender como as mulheres em reclusão no EPFSL vivenciaram a maternidade nesse período.
SANTANA, Ariane Teixeira; OLIVEIRA, Gleide Regina De Sousa Almeida; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. Ano 2016	Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal.	Compreender as vivências das mulheres frente à gestação, maternidade e assistência no pré-natal em cárcere.	Estudo qualitativo	No que se refere ao atendimento humanizado e de qualidade no pré-natal, parto e puerpério, ainda não é uma realidade.
DIJANA, Vilma; CORRÊA, Marilena CDV; VENTURA, Miriam. Ano 2016	Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade.	Analisar as interseções das normas de gênero e das relações disciplinares.	Estudo qualitativo	Relações de poder, discursos e práticas nesse contexto geram tensionamentos e promovem formas peculiares de viver a maternidade.

# XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



FOCHI; Maria do Carmo Silva; Higa, Rosângela; Camisão, Agnês Raquel; Turato, Egberto Ribeiro; Lopes, Maria Helena Baena Moraes. Ano 2017	Vivências de gestantes em situação de prisão.	Conhecer as vivências de gestantes em situação prisional.	Estudo qualitativo	As gestantes presidiárias buscam se auto proteger para sobreviver às perdas e ao rompimento dos laços afetivos e sociais.
FÉLIX, Rayane Saraiva; França, Daniela Jéssica Rodrigues de; Nunes, Jacqueline Targino; Cunha, Isabelle Cristina Braga Coutinho; Davim, Rejane Marie Barbosa; Pereira, Janile Bernardo. Ano 2017	O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário.	Descrever a atuação do enfermeiro na atenção pré-natal com mulheres em sistema carcerário.	Estudo de Revisão integrativa	Hoja vista que os direitos das apenadas estão garantidos por lei, porém na prática não são respeitados.
FERREIRA, Luzane de Sousa; MOREIRA, Wanderson Carneiro, NASCIMENTO, Marcelo Victor Freitas; SOUSA, Gilson Nunes de; SERTÃO, Márcia Andrea Lial; LAGO, Eliana Campêlo; ALENCAR, Delmo de Carvalho. Ano 2017	Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.	Analisar e descrever a percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.	Estudo qualitativo	As participantes relataram que a Enfermagem é atuante no pré-natal e puerpério, porém queixam-se do atendimento desumano, devido ao preconceito dos profissionais de saúde.
SANTOS, Denise Santana Silva; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. Ano 2017	Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática.	Analisar a produção científica acerca da relação mãe e filho no contexto de privação de liberdade.	Revisão sistemática de literatura	É necessária maior atenção à mulher que vivencia a maternidade em situação de privação de liberdade, tendo em vista que o ambiente da prisão tem fortes implicações para o estabelecimento da relação mãe-filho e para a formação do vínculo nesse binômio.
ANDRADE, Anny Beatriz Costa Antony de; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. Ano 2018	Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais.	Descrever os desfechos, identificados na literatura, da gestação, parto e puerpério em mulheres privadas de liberdade.	Estudo de revisão integrativa	Afirmaram a necessidade de melhorias na assistência e subsidiam o desenvolvimento de pesquisas em relações entre o regime prisional e o ciclo gravídico-puerperal.
MATOS, Khesia Kelly Cardoso; SILVA, Susanne Pinheiro Costa; LIMA, Juciara Karla de Souza. Ano 2018	Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão.	Compreender as representações sociais de gestantes e puérperas encarceradas sobre o gestar enquanto vivendo em Colônias Penais.	Estudo qualitativo	Evidenciou-se a necessidade de repensar o atendimento de saúde na prisão contribuindo-se para a efetivação de políticas públicas e garantindo-se os direitos daqueles que se encontram atrás das grades, especialmente mulheres e crianças.
CHAVES, Luana Hordones; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. Ano 2020	Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil	Tratar das impressões que as mulheres presas no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL) têm acerca dos cuidados de saúde ofertados pela instituição.	Estudo qualitativo	Tem-se uma avaliação em certa medida positiva dos cuidados de saúde na perspectiva das gestantes e recém-mães do Centro, e isso é muito marcado, segundo os relatos, pelas experiências prisionais anteriores das entrevistadas.
SILVA, Jeferson Barbosa; MORAES, Marina Nascimento de; BRANDÃO, Bárbara Maria Lopes da Silva; FREITAS, Waglânia Mendonça Faustino e; SOUTO, Rafaela Queiroga; DIAS, Maria Djair. Ano 2020	Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica	Revelar narrativas de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência obstétrica ofertada durante a vivência do ciclo gravídico-puerperal.	Estudo qualitativo	As características avaliadas contribuem para fomentar novas reflexões acerca do padrão de atendimento às mulheres privadas de liberdade e seus filhos e acentuam a necessidade de reorganização político-administrativa do sistema penitenciário no âmbito do SUS.
SALES, Ana Carolina; NAKADA, Gabrielle Kimie Pinheiro; PALOMBIT, Mateus	Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa.	Analisar as publicações nacionais e internacionais acerca da assistência ao pré-natal oferecida às mulheres privadas de liberdade.	Revisão integrativa da literatura.	A vivência do pré-natal no cárcere está repleta de dificuldades e peculiaridades a depender da penitenciária.

# XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
 VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
 VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
 VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
 II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
 IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULT

16 A 20  
 NOVEMBRO  
 DE 2024



Rodrigo; CONCEIÇÃO, Vander Monteiro; BALDAN, Sueli Santiago; FARÃO, Elaine Miguel Delvivo; SIMONETI, Rafaela Azevedo Abrantes de Oliveira Ano 2021				
DALENOGARE, Gabriela; VIEIRA, Letícia Becker; MAFFACCIOLLI Rosana; RIQUELMO, Deise Lisboa; COELHO, Débora Fernandes Ano 2022	Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão	Compreender as experiências de gestação e parto de mulheres em situação prisional.	Estudo qualitativo	O descumprimento de previsões legais, às necessidades sociais e de saúde são efeitos adicionais de opressões de gênero, raça e classe social que afetam as mulheres gestantes e parturientes em situação prisional.
LIMA, Herika do Nascimento; OLIVEIRA, Keila Cristina Pereira do Nascimento; ALVES, Camila Aparecida de Oliveira; LIRA, Letycia Beatriz Souza de; COSTA, Laís de Miranda Crispim; ROZENDO, Célia Alves Ano 2023	Mães em cárcere: percepções sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade.	Analisar as percepções de mães encarceradas sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade.	Estudo qualitativo	Observou-se o sofrimento do binômio com a separação parental, ocasionando prejuízos para o crescimento e desenvolvimento das crianças. As mães encarceradas estão expostas ao ambiente insalubre e desumanizado, o que acarreta sofrimento psíquico.
SILVA, Amanda Batista da; NASCIMENTO, Wagner Ferreira do; HATORRI, Thalise Yuri; ATANAKA, Marina; TERÇAS-TRETEL, Ana Cláudia Pereira Ano 2023	O gestar em prisões por traficantes de drogas.	Descrever a experiência da gestação no ambiente prisional de mulheres inseridas no tráfico de drogas.	Estudo qualitativo	É necessária a incorporação de práticas assistenciais humanizadas no cuidado às mulheres que vivenciam a maternidade em situação de prisão, que poderão auxiliar para a efetivação da ressocialização, além de contribuir para o fortalecimento familiar.

Fonte: Autoras do Estudo. 2024.

A prisão atravessa a vida das mulheres, no contexto psíquico, emocional, físico e ambiental, e, expõe a um processo de viver humano de vulnerabilidades para gestar e parir. O distanciamento dos filhos/filhas e da rede de pertencimento em decorrência da privação de liberdade foi evidenciado como um atravessamento humano doloroso. Ser mulher neste ambiente é desafiador, nomeadamente, às singularidades e especificidades do gênero, em destaque para as questões de saúde. Têm atendimento médico e hospitalar fornecidos dos Sistemas prisional e Sistema Único de Saúde (SUS), nos quais o cuidado foi identificado nos estudos como um (des) cuidado ao processo de gestar e parir.

Pontua-se que ao adentrar o universo produzido e ordenado para o gênero homem, a mulher, enquanto gênero carece de apoio para que sejam assegurados os direitos às suas singularidades. A opressão ao gênero mulher ocorre desde o momento que suas vestes são igualadas às dos homens, o evento

# XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



da menstruação que não é respeitado, o atendimento pré-natal que não acontece conforme normatização do sistema de saúde, e igualmente, o plano nacional de vacina ao período gestacional, disponível no SUS parece encontrar uma muralha para adentrar o ambiente prisional às mulheres grávidas. Ainda, tem seu/sua filho/filha após período de aleitamento exclusivo ou em razão de não 'conseguir' mais amamentá-lo retirado(a) de seus braços.

Na obra "Estarão as Prisões Obsoletas?", Ângela Davis explica que a punição é influenciada pelo gênero em um mesmo momento que reproduz a hierarquia generificada na sociedade, em uma relação que se pode compreender como em constante movimento (DAVIS, 2019, p. 65-66).

A luz de investimento humano à complementaridade desta RSL foi produzida uma síntese sobre as legislações que contemplam as mulheres grávidas ou não, dentro do ambiente prisional (Quadro 2), que se apresenta:

## QUADRO 2: Legislações brasileiras à concretude da mulher grávida ou não.

Título	Ementa	Destaque
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	-	Art. 5º. XLVIII, L estão presentes os Direitos fundamentais das mulheres em privação de liberdade e a adequação à sua condição feminina, à amamentação de seus filhos, bem como no artigo 227 regulamenta a convivência familiar.
Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984	Institui a Lei de Execução Penal (LEP)	Obrigatoriedade de local para gestante e parturiente, e creche para crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos (Art. 89). Benefício do regime aberto em residência particular para condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; condenada gestante (Art. 117).
Resolução CNPCP Nº 04, de 15 de julho de 2009	Disciplina a permanência dos filhos das presas em ambientes prisionais	Orientações para permanência e encaminhamento dos filhos das presas no artigo 2º; Permanência no mínimo até um ano e seis meses junto às mães encarceradas no artigo 1º; Processo gradual de separação no artigo 3º; Possibilidades para abrigo das crianças: família ampliada, família substituta ou instituições no artigo 4º; Berçário para crianças de até dois anos no artigo 6º; Possibilidade de permanência de crianças de dois a sete anos junto às mães na unidade prisional no artigo 7º. Proibido uso de algemas ou outros meios de contenção durante o parto e no período de repouso subsequente no artigo 3º. Recomendação aos profissionais da saúde que noticiem formalmente o uso indevido no artigo 5º.
Entrada em vigor do Marco Legal da Primeira Infância (Lei Nº 13.257/16)	20/02/2018 data de concessão do Habeas Corpus coletivo nº 143.641, pelo STF	Em respeito a todas as gestantes, puérperas ou mães de crianças de até 12 anos de idade incompletos que se encontrem presas provisoriamente, bem como em favor das próprias crianças sejam convertidas em prisão domiciliar (CADHu; ITTC, 2018, p. 2).

Fonte: autoras do estudo - Adaptado de Chaves e Araújo (2020).

# XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



## CONCLUSÕES

Os estudos identificados na RSL demonstram que a prisão atravessa a vida das gestantes tanto no contexto psíquico, emocional, físico e ambiental. Expõe um processo de viver prisional de vulnerabilidades para o gestar e o parir. As condições ambientais e relacionais humanas se apresentam como de distanciamento à dignidade da vida humana, sendo destacadas as condições precárias em alojamentos, assistência à saúde precária ou inexistente, distanciamento dos eventos singulares do gênero mulher, como as alterações hormonais, desencadeando em situações de exposição a vulnerabilidades ao processo de viver humano, nomeadamente ao direito constitucional da dignidade da pessoa humana.

Pontua-se que o acesso à saúde é um direito assegurado na CF/88 é dever do Estado, sendo o último evidenciado como em estado de 'demência' ou esquecimento no que tocante às mulheres grávidas em situação de privação de liberdade.

Nesse sentido, evidenciou-se que a comunidade científica está de punho erguido em luta aos direitos humanos fundamentais deste grupo humano encarcerado, em destaque, pesquisadoras da área de enfermagem e outras áreas afins, debruçando-se nas narrativas de quem vivencia a prisão, as mulheres do gestar e parir, sobre o que contam de suas vivências e experiências no cárcere de modo que haja efetividade de seus direitos, a exemplo de assistência com humanidade no espaço carcerário e visibilidade às singularidades do gênero.

Logo, almeja-se que este estudo, ao somasse aos apresentados, possa contribuir à reflexão-ação humana para os direitos constitucionais de toda a gente, independentemente do ambiente em que se encontre. E ao olhar para as obrigações, direitos e princípios ético moral se evidencia a necessidade do Estado aplicar a legislação segundo princípios de respeito à universalidade. Assim, abrir-se para políticas públicas de efetividade às condições dignas das mulheres em estado de cessação de liberdade e outras.

# XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Anny Beatriz Costa Antony de; GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira. **Maternidade em regime prisional: desfechos maternos e neonatais.** *Rev. enferm. UFPE on line*, p. 1763-1771, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: **Presidente da República**, [2016].  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.** Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. Inclusão das Mulheres Privadas de Liberdade na Rede Cegonha/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional – 1. ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 16 p.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 570, de 1º de junho de 2000.** Institui o Componente I do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento – Incentivo à Assistência Pré-natal no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. (BR). **Atenção ao pré-natal de baixo risco.** 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

CALHIARI, Eliane; DA SILVA SANTOS, Leticia Rodrigues; BRUNINI, Bárbara Cossetin Costa Beber. **De algos a vítimas: dos direitos cegos e nulos à mulher gestante em situação de cárcere.** *Psicologia Argumento*, v. 33, n. 82, p. 393-409, 2015.

CHAVES, Luana Hordones; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. **Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300112, 2020.

DALENOGARE, Gabriela; VIEIRA, Leticia Becker; MAFFACCIOLLI, Rosana; RIQUINHO Deise Lisboa; COELHO, Débora Fernandes. **Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 263-272, 2022.

DAVIS, Angela. **Estarão as Prisões Obsoletas?** Tradução: Marina Vargas. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DIJANA, Vilma; CORRÊA, Marilena CDV; VENTURA, Miriam. **Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, p. 727-747, 2017.

# XX Semana de Educação da Pertinência Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



FÉLIX, Rayane Saraiva; FRANÇA, Daniela Jéssica Rodrigues de; NUNES, Jacqueline Targino; CUNHA, Isabelle Cristina Braga Coutinho; DAVIM, Rejane Marie Barbosa; PEREIRA, Janile Bernardo. **O enfermeiro na atenção pré-natal às mulheres em sistema carcerário.** *Revista de Enfermagem UFPE on line*, v. 11, n. 10, p. 3936-3947, 2017.

FERREIRA, Luzane de Sousa; MOREIRA, Wanderson Carneiro, NASCIMENTO, Marcelo Victor Freitas; SOUSA, Gilson Nunes de SERTÃO, Márcia Andrea Lial; LAGO, Eliana Campêlo; ALENCAR, Delmo de Carvalho. **Percepção de presidiárias sobre a assistência à saúde materna em uma penitenciária feminina.** *Revista Cubana de Enfermería*, v. 33, n. 4, 2017

FOCHI, Maria do Carmo Silva; SILVA, Agnês Raquel Camisão da; LOPES, Maria Helena Baena de Moraes. **Pré-natal em unidade básica de saúde a gestantes em situação prisional.** *Rev. Rene*, v. 15, n. 2, p. 371-377, 2014.

FOCHI; Maria do Carmo Silva; HIGA, Rosângela; CAMISÃO, Agnês Raquel; TURATO, Egberto Ribeiro; LOPES, Maria Helena Baena Moraes. **Vivências de gestantes em situação de prisão.** *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 19, p. a57, 2017.

FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; OLIVEIRA E SILVA, Jovânia Marques de. **MATERNIDADE EM SITUAÇÃO DE PRISÃO.** *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 29, n. 4, 2015. [https://www.researchgate.net/profile/Jovania-Silva/publication/314551005\\_MATERNIDADE\\_EM\\_SITUACAO\\_DE\\_PRISAO/links/5eeeb50392851ce9e7f06660/MATERNIDADE-EM-SITUACAO-DE-PRISAO.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jovania-Silva/publication/314551005_MATERNIDADE_EM_SITUACAO_DE_PRISAO/links/5eeeb50392851ce9e7f06660/MATERNIDADE-EM-SITUACAO-DE-PRISAO.pdf)

FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; SILVA, Jovânia Marques de Oliveira. **A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade.** *Rev. enferm. UFPE on line*, v. 10, n. 5, p.1891-1894, 2016. 10.5205/reuol.9003-78704-1-SM.1005201640

GALVÃO, Mayana Camila Barbosa; DAVIM, Rejane Marie Barbosa. **Ausência de assistência à gestante em situação de cárcere penitenciário.** *Cogitare Enfermagem*, v. 18, n. 3, p. 452-459, 2013. <https://www.redalyc.org/pdf/4836/483649281005.pdf>

LIMA, Herika do Nascimento; OLIVEIRA, Keila Cristina Pereira do Nascimento; ALVES, Camila Aparecida de Oliveira; LIRA, Letycia Beatriz Souza de; COSTA, Laís de Miranda Crispim; ROZENDO, Célia Alves. **Mães em cárcere: percepções sobre a vivência da maternidade em privação de liberdade.** *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, [S.l.]*, v. 13, 2023.

MATOS, Khesia Kelly Cardoso; SILVA, Susanne Pinheiro Costa; LIMA, Juciara Karla de Souza. **Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão.** *Rev. enferm. UFPE on line*, p. 3069-3077, 2018.

# XX Semana de Educação da Pertença Afro-Brasileira

VI Colóquio Internacional de Educação das Relações Étnicas  
VII Encontro de Religiões de Matriz Africana  
VII Fórum de Educação: Leis 10.639/03 e 11.645/08 Gênero e Diversidade sexual  
VII Encontro Estadual de Educação das Relações Étnicas  
II Festival das Artes: ancestralidades em movimento  
IV Congresso Internacional de Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULT

16 A 20  
NOVEMBRO  
DE 2024



MENDES, K. D. S., SILVEIRA, R. C. C. P., GALVÃO, C.M. **Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa.** *Texto Contexto Enferm.*, v. 28, e20170204, 2019.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** *Texto Contexto Enferm.*, v. 17, p. 758-764, 2008.

PAGE, Matthew J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, e2022107, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000200033>.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Marco legal da primeira infância: um ano em defesa das crianças.** 10 mar. 2017. <https://www.pastoraldacrianca.org.br/marco-legal/pastoral-da-crianca-e-o-marco-legal-da-primeira-infancia-na-pratica>

SALES, Ana Carolina; NAKADA, Gabrielle Kimie Pinheiro; PALOMBIT, Mateus Rodrigo; CONCEIÇÃO, Vander Monteiro; BALDAN, Sueli Santiago; FARÃO, Elaine Miguel Delvivo; SIMONETi, Rafaela Azevedo Abrantes de Oliveira. **Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa.** *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 35, 2021.

SANTANA, Ariane Teixeira; OLIVEIRA, Gleide Regina De Sousa Almeida; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. **Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal.** *Revista baiana de Saúde pública*, v. 40, n. 1, 2016.

SANTOS, Denise Santana Silva; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. **Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática.** *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 32, 2018.

SILVA, Amanda Batista da; NASCIMENTO, Vagner Ferreira do; HATORRI, Thalise Yuri; ATANAKA, Marina; TERÇAS-TRETEL, Ana Cláudia Pereira. **O gestar em prisões por traficantes de drogas.** *Revista Uruguaya de Enfermería (En línea)*, v. 18, n. 2, 2023.

SILVA, Jeferson Barbosa; MORAES, Marina Nascimento de; BRANDÃO, Bárbara Maria Lopes da Silva; FREITAS, Waglânia Mendonça Faustino e; SOUTO, Rafaella Queiroga; DIAS, Maria Djair. **Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des (assistência) obstétrica.** *REME-Revista Mineira de Enfermagem*, v. 24, e1346, 2020.

SILVA, Monnyque Marques; FREITAS, Camilla Rafaella Cavalcanti de; SILVA, Aline Marques; GUERRA, Marília Cruz Gouvêia Câmara; ALMEIDA, Samira Maria Oliveira. **Percepção das mulheres sobre a assistência pré-natal prestada na colônia penal feminina.** *Rev. enferm. UFPE on line*, p. 9038-9045, 2015.